



Relatório: Um Vírus, Duas Guerras

Soluções e Boas Práticas na Coleta e Divulgação de Dados sobre
Violência Contra a Mulher na Pandemia



Índice

1. [Apresentação](#)
2. [Porque é importante](#)
3. [Metodologia](#)
4. [Problemas Identificados](#)
5. [Impacto do Trabalho](#)
6. [Soluções](#)
7. [Links dos conteúdos produzidos](#)
8. [Equipe do levantamento](#)



Apresentação

A série de reportagens “**Um vírus e duas guerras**” é um levantamento inédito de dados realizado por sete mídias independentes no País para monitorar casos de feminicídio durante a pandemia de Covid-19. O objetivo é dar visibilidade a esse fenômeno silencioso que faz dezenas de vítimas todos os dias, além de fortalecer a rede de apoio presente nos estados brasileiros, fomentar o debate sobre a criação ou manutenção de políticas públicas de prevenção à violência de gênero no Brasil e propor melhorias na publicação dos dados sobre casos de violência doméstica por parte do órgãos públicos.

Este trabalho é feito pelas mídias independentes: AzMina, Amazônia Real, Agência Eco Nordeste, #Colabora, Portal Catarinas, Marco Zero Conteúdo e Ponte Jornalismo. **Vale ressaltar que, por ter uma metodologia de apuração de dados periódica e nacional, é o estudo mais atual sobre o tema publicado no Brasil.**

O [primeiro conteúdo da série foi publicado em junho de 2020](#), quando os casos de feminicídio haviam crescido 5% em todo o País, entre os meses de março e abril -os primeiros 60 dias de isolamento social. Na ocasião, o material produzido levantou o debate sobre a violência doméstica e o agravamento da vulnerabilidade das mulheres que se viram ainda mais isoladas durante a pandemia. No [segundo conteúdo da série, publicado em outubro](#), o levantamento mostrou que uma mulher foi morta a cada 9 horas desde o começo da pandemia no Brasil.

Além das reportagens com o recorte nacional de casos, cada veículo também publica desdobramentos e análises locais, a fim de evidenciar especificidades territoriais.

“A violência doméstica não diminuiu, ela está mais privada do que nunca. A mulher que vive com um agressor já vivia isolada, agora ela está praticamente em cárcere privado”, declara Conceição de Andrade, superintendente geral do Instituto Maria da Penha.

Nos dois quadrimestres do levantamento, as equipes de reportagem encontraram alguns desafios e obstáculos por parte dos órgãos públicos para a obtenção das informações completas. Foram encarados problemas não apenas na obtenção dos dados, mas também na formatação e padronização dos meses.

Este documento visa apresentar os desafios enfrentados e propor sugestões de melhorias na coleta, organização e disponibilização dos dados relativos à violência contra a mulher para a imprensa e a sociedade como um todo.



Porque é importante

Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a existência da pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) no mundo. Sem a existência de vacina para prevenção ou remédio que cure a Covid-19, a OMS sugeriu a quarentena e isolamento social da população no período da incidência da pandemia.

No Brasil, o primeiro caso confirmado de Covid-19 foi no dia 28 de fevereiro. A quarentena e o fechamento dos serviços não essenciais só começaram em 24 de março. Antes disso, a OMS já havia alertado sobre o aumento da violência doméstica na pandemia da Covid-19. A **Itália**, por exemplo, que iniciou o isolamento social mais cedo do que o Brasil, registrou um aumento de 161,71% nas denúncias telefônicas entre os dias 1º e 18 de abril, de acordo com o **Ministério da Família e da Igualdade de Oportunidades**. Na **Argentina**, o canal de denúncias '**Linha 144**' teve um aumento de 39% na segunda quinzena de março.

No Brasil, o número de denúncias feitas ao **Ligue 180** aumentou 34% entre março e abril de 2020 em relação a 2019, segundo o **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**. Ao comparar apenas o mês de abril, o crescimento é de 36% entre os dois anos.

O levantamento "**Um vírus e duas guerras**" mostrou que há uma diminuição no número de casos de violência doméstica durante a pandemia, mas especialistas apontam que esse indicador mostra que está mais difícil para as mulheres fazerem denúncias e acessar os serviços de apoio e chamam atenção para o problema da subnotificação.

Durante as apurações, as jornalistas envolvidas no levantamento identificaram diferentes histórias de violência, [como o caso da servidora pública do Rio de Janeiro que teve o corpo coberto com álcool em gel pelo namorado](#). O produto utilizado para desinfetar as mãos, acabou se tornando arma na mão do agressor. Ele só não ateou fogo nela, porque vizinhos interromperam a violência.



O levantamento também escancarou problemas estruturais e de gestão pública para o atendimento às mulheres vítimas de violência. Durante a pandemia, [as mulheres da favela ficaram sem o apoio da Patrulha Maria da Penha - responsável pela fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência.](#)

No Mato Grosso, estado com a maior taxa de feminicídio durante a pandemia, [a morte de mulheres na zona rural subiu no período com pausa em serviço de atendimento móvel que lidava com a violência doméstica.](#) O isolamento deixou a violência doméstica ainda mais brutal: durante a pandemia, o uso de facas, tesouras e outros objetos cortantes ou perfurantes triplicou no estado.

O monitoramento dos números da violência contra a mulher é essencial para amplo entendimento das dimensões da questão no país. Através da divulgação dos dados, é possível conscientizar a população em relação à questão, trabalhando assim a prevenção de novos casos. Os dados são também essenciais para a construção de novas políticas públicas de combate à violência contra a mulher.



Metodologia

Para garantir a cobertura nacional na apuração dos dados, cada veículo do pool ficou responsável por uma região do País:

Amazônia Real: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins

Agência Eco Nordeste: Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Sergipe

Marco Zero Conteúdo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas

AzMina: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul

#Colabora: Rio de Janeiro, Espírito Santo

Portal Catarinas: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul

Ponte Jornalismo: São Paulo, Minas Gerais

Embora alguns estados disponibilizem dados de feminicídio nos portais da Secretaria de Segurança Pública, todos os 26 estados, além do Distrito Federal foram questionados via Assessoria de Imprensa de forma padronizada sobre os dados de violência doméstica (feminicídio, ameaça, difamação, calúnia, estupro, estupro de vulnerável, lesão corporal, supressão de documentos, outros), além de homicídio envolvendo mulheres.

Foram solicitadas informações de janeiro de 2020 até o mês mais atualizado que antecede a publicação. Só foram considerados para a análise nacional dados fornecidos pelos Estados de forma completa e atualizada. A fim de comparação, também foram solicitadas as mesmas informações relativas aos meses de 2019.

Com os dados em mãos foram feitas as seguintes análises:

- Variação de casos de feminicídio no período pandêmico por estado [2019-2020]
- Ranking dos estados com mais casos [números totais e taxas]
- Análise de casos de feminicídio por 100 mil mulheres
- Especificidades locais



Problemas identificados

Mesmo após duas rodadas de publicações, as equipes encontram diversas dificuldades para obter informações sobre a violência de gênero no País. Aqui elencamos alguns dos desafios encontrados. Ter acesso aos dados detalhados num contexto de pandemia seria essencial para entender como a dinâmica da violência doméstica mudou durante o isolamento e, a partir disso, municiar a opinião pública de informações para propor novos modelos de atendimento que mais se adequem e sejam efetivos no cenário atual.

“A violência de gênero se adapta muito rapidamente às mais diversas configurações sociais a que vão sendo moldadas. E isso nos preocupa tanto quanto o uso precipitado dos números e a falta de cuidado com seu manuseio. Mas o mais importante é usar esses dados para avaliar se os caminhos que estão sendo construídos são os mais adequados”, Wânia Pasinato, socióloga especialista em violência contra a mulher.

- Não fornecimento dos dados no período de apuração

Alguns estados não forneceram os dados solicitados pelas jornalistas. Outros estados forneceram a planilha com os casos de feminicídio, por exemplo, mas as informações não contemplam o período solicitado. Vale ressaltar que cada estado faz o fechamento destas informações em períodos diferentes, o que cria uma barreira no momento de agrupar dados nacionais.

- Fornecimento de dados incompletos

Invariavelmente os jornalistas precisaram refazer os pedidos de informação mais de uma vez para o mesmo estado para obter todos os dados solicitados. A maioria informou apenas os casos de feminicídio, por exemplo, deixando de fornecer dados sobre os demais crimes que são tipificados como violência doméstica.

Em Santa Catarina, enquanto o feminicídio é tratado com atenção pelas autoridades que divulgam os números atualizados em relatórios semanais, não é possível fazer uma série histórica dos casos de violência doméstica, ou mesmo um comparativo com o ano anterior. Isso porque, segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública, houve uma reformulação do sistema que integrou os registros das polícias civil e militar e o que impossibilitaria a divulgação dos dados anteriores para comparativo.



- Falta de padronização dos dados

Cada estado disponibiliza seu relatório em um formato diferente, com estrutura dos dados diferente. No Distrito Federal e em Goiás, por exemplo, os dados são fornecidos em PDF, o que dificulta a análise. O ideal seria se os dados fossem disponibilizados em CSV ou XLS, que são formatos abertos.

- Falta de detalhamento nos dados

Além da ausência de respostas de alguns estados, o levantamento encontrou também como barreira a falta de uniformização dos indicadores usados pelas Secretarias. Poucos estados trouxeram informações sobre raça, orientação sexual ou identidade de gênero, por exemplo, o que acaba por invisibilizar a violência.

No segundo quadrimestre, doze estados não coletam informações sobre a raça das vítimas: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, por exemplo, onde a capital Vitória é o único município com 100% do seu território na área urbana, a violência contra a mulher do campo é totalmente invisibilizada. De março a agosto, morreram dez mulheres vítimas de feminicídio no Espírito Santo. Quantas dessas mulheres eram do campo? Ninguém sabe. Não existe estatística sobre a violência doméstica contra a mulher do campo.

- Cada estado tem uma forma de registrar as ocorrências

Além disso, cada estado tem uma forma diferente de classificar os crimes compreendidos como violência doméstica, tipificados pela Lei Maria da Penha. Em alguns deles, nem mesmo há separação entre violência doméstica geral e violência doméstica contra as mulheres, como é o caso do Paraná. Este Estado também não entrou no mapa do monitoramento por não ter disponibilizado os números de feminicídio do mês de abril, demonstrando falta de transparência e, até mesmo, sonegação dos dados.

- Burocracia excessiva no momento da apuração dos dados

No Rio de Janeiro a jornalista Liana Melo, do Projeto Colabora teve que assinar um termo do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro para obter acesso aos dados de feminicídio. Um dos itens do termo é “Compromete-se a respeitar a estrutura das Bases de Dados produzidas pelo Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública, ficando proibida a sua modificação ou reordenação sem autorização expressa do referido Núcleo”. Com essa imposição, não houve a possibilidade de separar casos de feminicídio de homicídio de mulheres, por exemplo, prejudicando esta e outras análises mais específicas.



Estados que não forneceram dados ou informaram dados incompletos	
1º quadrimestre	2º quadrimestre
Amapá	Amapá
Goiás	Goiás
Mato Grosso do Sul	Ceará
Tocantis	Sergipe
Paraná	Amazonas
Rondônia	
Distrito Federal	

Impacto do trabalho

- Reportagem baseou texto de [Indicação para Decreto Municipal](#) de apoio à mulheres em situação de violência durante a pandemia em Mogi das Cruzes (SP)
- Em setembro de 2020, a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, [passou a divulgar em seu site o relatório mensal](#) de casos violência doméstica, após pedidos de dados feitos pelo monitoramento.
- Estudo [baseou o texto do projeto de Lei de nº 027, que, após aprovado instituiu a Campanha Agosto Lilás](#) no município de Pitangui (MG)
- A jornalista do AzMina ganhou o 1º Prêmio Neusa Maria de Jornalismo, do Alma Preta, que homenageou produções de repórteres negros, com a reportagem [“Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil”](#)
- As jornalistas Nicoly Ambrozio e Kátia Brasil também receberam o prêmio Neusa Maria de Jornalismo pela produção da reportagem [“Na pandemia, a mulher está em casa a disposição do agressor, diz feminista do Amazonas”](#)



Soluções

A partir dos desafios encarados no processo de apuração das reportagens, sugerimos as seguintes soluções para os órgãos de Segurança Pública, de modo a promover a transparência dos dados de violência doméstica e feminicídio no País, para qualificar as informações e embasar estratégias de enfrentamento da violência por parte da sociedade civil, gestores públicos, jornalistas, voluntários e demais protagonistas interessados no tema, como institutos, por exemplo.

- Padronização das informações coletadas

Boa parte do País ainda está no escuro com relação aos dados sobre violência doméstica e para qual população feminina ele ainda é mais comum. Atualmente, os estados contam com diferentes procedimentos de coleta de informação nos boletins de ocorrência, o que dificulta a comparação e análise dos dados em nível nacional. A existência de uma padronização nacional é essencial para o trabalho de monitoramento das violências contra a mulher.

Avançar na granularidade das informações coletadas durante a elaboração dos boletins de ocorrência é uma ação importante, porém trabalhosa. Alguns dos dados sugeridos para coleta, como raça ou etnia, por exemplo, são considerados informações sensíveis segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Por este motivo, a sua coleta e sua divulgação devem seguir algumas regras para reduzir os riscos à privacidade e possível identificação de vítimas em situações específicas.

A publicação de informações como idade, sexo e profissão, por exemplo, pode facilitar a identificação de vítimas em municípios pequenos, por isso, o recomendado é fazer a divulgação quantitativa de casos por cidade e, separadamente divulgar os microdados com as demais informações detalhadas. É importante que o estado não deixe de publicar a informação relevante como "a quantidade de mulheres vítimas de feminicídio nas áreas rurais do Estado", mas o detalhamento deste conjunto não é urgente, podendo ser publicado num outro período.

- Divulgação de microdados

A divulgação de dados detalhados - conhecidos como Microdados - atende padrões internacionais de abertura de informações e permite análises, comparações e projeções mais precisas, complexas e informativas. Vale ressaltar que é possível fazer essa abertura,



respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LDPG), que entrou em vigor em setembro de 2020.

Nesta sessão, você conhecerá algumas sugestões para abrir um conjunto de Microdados. O [Toolkit - Modelo Básico para Microdados Violência Doméstica](#), que foi inspirado no [Toolkit #1 - Transparência Covid-19](#) da Open Knowledge Brasil e adaptado para casos de violência doméstica.

- Transparência na divulgação

A coleta de dados de maneira uniformizada e completa é essencial, mas também é de suma importância que a população possa ter acesso a essas informações de forma transparente e ágil. Recomendamos fortemente a divulgação dos dados coletados nos sites dos órgãos estaduais de maneira acessível, logo que sejam tratados e computados.

- Desburocratização ao acesso

O acesso à informação é um direito dos cidadãos e cidadãs brasileiros e é de interesse geral que esse acesso se dê da forma mais simples e transparente possível. Se não for possível a disponibilização dos dados online, recomendamos que o relacionamento com a imprensa seja feito de maneira clara e com o mínimo de burocracia possível.



Links dos conteúdos produzidos

1º quadrimestre

Reportagem principal:

[Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19](#)

Região Centro-Oeste

[Um vírus e duas guerras: Mato Grosso tem alta de feminicídio na quarentena](#)

Região Nordeste

[Um vírus e duas guerras: Feminicídios aumentam no Nordeste durante a pandemia](#)

[Um vírus e duas guerras: No lockdown violência contra mulher dispara no Maranhão](#)

Região Norte

[Um vírus e duas guerras: Acre tem aumento de 300% em mortes de mulheres em dois meses](#)

[Um vírus e duas guerras: No Pará crime de feminicídio aumentou 100% na pandemia](#)

[Um vírus e duas guerras: “Na pandemia, a mulher está em casa à disposição do agressor”, diz feminista do Amazonas](#)

Região Sudeste

[‘Me vi dormindo com um monstro’, relata vítima de violência doméstica ameaçada com álcool em gel](#)

[Confinadas com companheiros, mulheres não conseguem denunciar agressões](#)

[Luiza Brunet: ‘os homens precisam ter medo antes de levantar a mão’](#)

[‘Idiota, vagabunda e puta’, ela ouviu. Mas não deu continuidade à denúncia](#)



Em Minas Gerais, subnotificação retrata o silêncio de mulheres sob violência

Região Sul

Um vírus e duas guerras: feminicídios aumentam durante quarentena no Rio Grande do Sul

Um vírus e duas guerras: cinco mulheres sofrem violência doméstica a cada hora em SC

Um vírus e duas guerras: a falta de dados e a subnotificação da violência no Paraná

2º quadrimestre

Região Centro-Oeste

Mato Grosso é o estado com a maior taxa de feminicídio na pandemia

Região Nordeste

Por uma sociedade mais tie dye

Violência que pode levar ao suicídio

Defensoras também são alvo no Maranhão e no Piauí

Dificuldade de se desligar do agressor no Ceará

Lutas contra o sistema e o poder patriarcal em Sergipe

Na Bahia, feminicídios tiveram alta de 150% em maio

Agredidas no exterior enfrentam mais desafios

A liberdade que chegou com a pandemia no Piauí

Histórias de quem viveu o inferno da violência

Atendimento por Whatsapp mudou perfil de vítimas



Elas se salvam em cenários de vulnerabilidade

Acolhimentos presencial e remoto falham

Região Norte

“É a gente que dá um basta na violência”, diz vítima do Amazonas

Acre é o que segundo estado com mais feminicídios

No Amapá, os dados de feminicídios só saem por meio da Lei de Acesso à Informação

Feminicídios podem estar com subnotificação em Rondônia

Em Roraima, governantes ignoram o tema da violência doméstica

Pará é líder em feminicídios durante o isolamento da pandemia

Com a flexibilização, mulheres voltam a denunciar agressores no Tocantins

Região Sudeste

Pandemia dificulta o monitoramento das agressões contra mulheres em áreas rurais

Nas favelas do Rio de Janeiro, violência doméstica é silenciada

Misoginia, transfobia e falta de dados: a equação do transfeminicídio

Em Minas Gerais, 61% das mulheres vítimas de violência doméstica são negras

Região Sul

Um vírus e duas guerras: PR tem um feminicídio a cada cinco dias na pandemia

Um vírus e duas guerras: SC registra um feminicídio por semana na pandemia

Um vírus e duas guerras: RS é o estado com mais casos de feminicídios no Sul



Equipe da série: Um vírus e duas guerras

Amazônia Real: Kátia Brasil (editora-executiva); Eduardo Nunomura (editor); Alcía Lobato, Bruna Mello, Roberta Brandão, Nicoló Ambrózio e Maria Fernanda Ribeiro (repórteres); Deborah Erê (ilustrações); Nay Jinknss(ensaio fotográfico) e Ana Mendes (produção do ensaio); e Alberto César Araújo (editor de fotografia)

AzMina: Helena Bertho (editora); Jamile Santana (repórter), Larissa Ribeiro (diretora de arte) e Carolina Herrera (designer)

#Colabora: Fernanda Baldioti (editora), Liana Melo (repórter), Fernando Alvarus (infografia), Helena Cunha (ilustrações), Raphael Monteiro (designer)

Eco Nordeste: Maristela Crispim (editora); Adriana Pimentel, Líliam Cunha, Rose Serafim e Yara Peres (repórteres); Adriana Pimentel (ensaio fotográfico, com a colaboração do fotógrafo Cristiano Almeida e dos atores Luh Quintans, Marjorye Gandolfo e Leonardo Gandolfo Junior; Marília Camelo (tratamento de imagens), Flávia P. Gurgel (designer).

Marco Zero Conteúdo: Carol Monteiro (editora); Joana Suarez (repórter); Inês Campelo (fotografias e vídeo); Thiko Duarte (ilustrações).

Portal Catarinas: Paula Guimarães (editora), Inara Fonseca, Juliana Rabelo, Morgani Guzzo (repórteres) e Beatriz Lago (ilustrações).

Ponte Jornalismo: Maria Teresa Cruz (editora), Caê Vasconcelos e Jeniffer Mendonça (repórteres), Anna Magalhães (ilustrações), Antonio Junião (arte) e Maria Elisa Muntaner (análise de dados).

Relatório: Jamile Santana